



# Câmara Municipal de Barrinha

Estado de São Paulo

## PROJETO DE EMENDA A LEI ORGANICA Nº 18 /2016

**"Dispõe sobre alteração na Lei Orgânica do Município de Barrinha-SP, e dá outras providências."**

A MESA DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRINHA, ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere o Regimento Interno c/c a Lei Orgânica Municipal, apresenta o seguinte projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal de Barrinha-SP:

Artigo 1º - Altera-se o artigo 24 "caput" e revoga-se o parágrafo único da Lei Orgânica do município de Barrinha, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Artigo 24. Durante as sessões extraordinárias convocadas no recesso, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria a qual foi convocada, vedado o pagamento de qualquer parcela indenizatória.**

**Parágrafo único: revogado.**

Artigo 2º - Altera-se o artigo 44 "caput" da Lei Orgânica do município de Barrinha, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Artigo 44. O mandato da mesa será de 2 (dois) anos, não sendo permitida a recondução para o mesmo cargo, na eleição imediatamente subsequente, na mesma legislatura.**

Artigo 3º - Altera-se o artigo 46 "caput" da Lei Orgânica do município de Barrinha, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Artigo 46. A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á na última sessão ordinária do primeiro biênio, exclusiva para esse fim, considerando-se empossados os eleitos no dia 1º de janeiro seguinte.**

Artigo 4º - Altera-se o § 2º do artigo 73 da Lei Orgânica do município de Barrinha, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Rua Humberto Biancardi, 110 - Centro - CEP 14860-000 - Fone: (16) 3943-2060 - Fax: (16) 3943-5888  
E-mail: camaraharrinhasp@gmail.com Site www.camarabarrinha.sp.gov.br



# Câmara Municipal de Barrinha

Estado de São Paulo

**Artigo 73. Se o Prefeito.....**

**§ 1º - ...**

**§ 2º - O veto será apreciado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar se seu recebimento pela Câmara, em uma única discussão, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores, vedado escrutínio secreto.**

**Artigo 5º - Altera-se os incisos I, II e III do artigo 1º do ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS da Lei Orgânica do município de Barrinha, que passam a vigorar com a seguinte redação:**

**Artigo 1º - Em observação .....**

**I - O projeto de plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato governamental subsequente, será encaminhado à Câmara Municipal até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;**

**II - O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado à Câmara Municipal até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;**

**III - o projeto de lei orçamentária será encaminhado à Câmara Municipal até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.**

**Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.**

**Artigo 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.**

Barrinha, 08 de julho de 2016.



# **Câmara Municipal de Barrinha**

Estado de São Paulo

**Sant Clair Antônio Marinho Filho**  
Presidente

**Neliton da Silva**  
Vice-Presidente

**Luzia da Silva Oliveira Corsio**  
1º Secretário

**Aparecido de Souza**  
2º Secretário

Rua Humberto Biancardi, 110 - Centro - CEP 14860-000 - Fone: (16) 3943-2060 - Fax: (16) 3943-5888  
E-mail: [camarabarrinhasp@gmail.com](mailto:camarabarrinhasp@gmail.com) Site [www.camarabarrinha.sp.gov.br](http://www.camarabarrinha.sp.gov.br)



# Câmara Municipal de Barrinha

Estado de São Paulo

## *Justificativa:*

O presente projeto de Emenda à Lei Orgânica tem por objetivo modificar, acrescentar e revogar os seguintes artigos: **Artigo 24º, Artigo 46º, Artigo 73º e ATOS DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS em seu Artigo 1º.**

Passa a descrever os motivos que justificam as alterações realizadas nos artigos acima referidos:

O art. 24 da Lei Orgânica foi alterado para que se adequar aos conceitos atuais.

O art. 44 foi alterado, voltando o mandato da mesa a ser de 02 anos, tendo em vista considerarmos um ano ser pouco tempo para a diretoria colocar em prática seu modelo administrativo.

O art. 46 foi alterado para se adequar ao mandato da mesa que voltará ser de 02 (dois) anos.

O art. 73 foi alterado por considerarmos que a votação secreta vai contra o princípio da transparência.

Os incisos I, II e III do artigo 1º do ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, foi alterado para ficar em consonância com o artigo 35, § 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.